

## RECORTES DA TRAJETÓRIA CEARENSE NO CAMPO DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: O SISTEMA PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ (SPAECE)

*DANTAS, Larissa Martins*

Pedagoga (UECE); Mestra em Educação (UFC); Professora Efetiva do Município de Maracanaú – CE; Pesquisadora Colaboradora do Grupo de Pesquisa Política Educacional, Gestão e Aprendizagem (GPPEGA/UECE). E-mail: dantas.larissa@hotmail.com

*MARINHO, Iasmin da Costa*

Pedagoga (UECE). Mestre em Educação (USP). Professora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú (IVA). E-mail: iasmin.marinho@usp.br

### RESUMO

A avaliação educacional é tema relevante no cenário escolar da atualidade. Na intenção de aferir a qualidade gestada nas salas de aula, sistemas de educação recorrem a avaliações externas e criam seus próprios sistemas a fim de identificar falhas e reorientar políticas. Este artigo tem como foco a experiência pioneira cearense em que, desde 1992, cresceu em volume e abrangência a avaliação da educação básica do estado do Ceará. O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) é compreendido como uma política educacional vigente de destaque que provoca impactos e mudanças nas práticas de gestão escolar e docente. Este trabalho visa a identificar o SPAECE como política influente e transformadora da educação cearense. Os recursos metodológicos escolhidos para execução desse trabalho são de caráter qualitativo, combinando pesquisa bibliográfica e dados fornecidos nos portais eletrônicos da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC-CE). O artigo divide-se nos seguintes tópicos: As políticas e seus reflexos no nível de sistemas; O SPAECE: a experiência pioneira do Ceará; O SPAECE hoje: reflexos ao sistema educacional cearense. O estudo desenvolvido nesse artigo busca contribuir para futuras pesquisas sobre as políticas avaliativas desenvolvidas no âmbito



dos estados e suas repercussões no cenário educacional cearense e brasileiro.

**Palavras-chave:** SPAECE. Avaliação Educacional. Política Educacional.

### ABSTRACT

The educational evaluation is relevant topic in nowadays's school environment. In an attempt to assess the quality gestated in classrooms, education systems call on external evaluations and create their own systems in order to identify gaps and reorient policies. This article focuses on Ceará pioneering experience that, since 1992, has grown in volume and scope the assessment of the state of Ceara basic education. The Permanent Evaluation System of Basic Education of Ceará (SPAECE) is understood as a prominent current educational policy that causes impacts and changes in school management and teaching practices. This work aims to identify the SPAECE as influential political and transforming the Ceará education. Methodological resources chosen to perform this work are qualitative, combining literature and data provided in the electronic portal of the State Department of Education of Ceará (SEDUC-CE). The article is divided into the following topics: policies and their impacts on systems level; The SPAECE: the pioneering experience of Ceará; The SPAECE today reflexes to Ceará educational system. The study developed in this paper aims to contribute to future research on evaluation policies developed at the state level and its repercussions in Ceará and the Brazilian educational scenario.

**Keywords:** SPAECE. Educational assessment. Educational policies.



## 1 Introdução

Pensar as políticas educacionais sugere um processo de constante revisão do ir e vir ao supor seu planejamento, execução e avaliação. A política nem sempre é feita de cima para baixo, como o senso comum poderia sugerir. A partir da situação de um determinado problema, o governo deve buscar políticas apropriadas a fim de solucionar questões e promover melhorias.

O artigo ora apresentado visa identificar o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (SPAECE) como política influente e transformadora da educação cearense. Para tanto, o artigo divide-se nos seguintes tópicos: As políticas e seus reflexos no nível de sistemas; O SPAECE: a experiência pioneira do Ceará; O SPAECE hoje: reflexos ao sistema educacional cearense. Os recursos metodológicos escolhidos para execução desse trabalho são de caráter qualitativo, combinando pesquisa bibliográfica e dados fornecidos nos portais eletrônicos da Secretaria Estadual de Educação do Ceará (SEDUC-CE).

## 2 As políticas e seus reflexos no nível de sistemas

Diversos são os estudos que procuram compreender de que forma um sistema educacional pode ser aprimorado e como outros sistemas, estados e países podem se inspirar a fim de aperfeiçoar sua realidade. Na literatura internacional, temos o estudo do grupo MC KINSEY COMPANY (2010), que analisa um conjunto de vinte sistemas educativos ao redor do mundo que solucionaram suas dificuldades e conseguiram avançar significativamente. O relatório aponta três dimensões de mudança possíveis em qualquer sistema educativo: sua estrutura, seus recursos e os



processos aplicados. No desenvolvimento das políticas instituídas no aspecto macro da gestão educacional, a visibilidade estrutural e de recursos está a cargo do sistema de ensino e de seus gestores imediatos. Mas é na chegada à escola que a ação tomará a proporção devida, o resultado real do investimento. Ressalta-se a ligação imbricada entre avaliação educacional e política educacional, que, nas palavras de Silva (2012, p. 9):

O que caracteriza epistemologicamente a Avaliação Educacional, tendo como objeto a política pública e sendo a própria política pública, é ser formativa e reguladora. Formativa por ter um caráter educativo, por visar contribuir nos processos de melhoria da qualidade das práticas educativas institucionais. Reguladora porque visa sempre a mudanças, avaliar pressupõe transformações, por isso subsidia ajustes nas políticas educacionais. Isto é, regular aqui é entendido como a capacidade da avaliação educacional de alimentar tomada de decisões voltadas para mudanças qualitativas que visem à qualidade social das políticas no âmbito da educação.

Seguindo essa lógica, as avaliações de sistema no Brasil, assim como na maior parte dos países do mundo desenvolvido e em nações emergentes, tornam-se “[...] um dos eixos estruturantes das reformas da administração pública e das formas de governo reinventadas”, passando a afetar muitos outros domínios das políticas educativas (AFONSO, 2013, p. 271). Ao considerar a relação entre política educacional e avaliação, é necessário ainda trazer à tona um conceito importante sobre o papel de regulação do Estado, também chamado de Estado-Avaliador. De acordo com Andriola, o “[...] chamado Estado-Avaliador define uma centralidade substantiva para a avaliação, pois acredita que é ela a base da mudança, capaz de garantir, através da normatização, resultados e produtos que assegurem a eficiência das instituições” (ANDRIOLA, 2008, p. 128).



Afonso (2009) complementa o conceito, indicando exemplos de práticas típicas do Estado-Avaliador, a saber: (i) adoção de uma cultura gerencialista no setor público, (ii) criação de mecanismos de controle e responsabilização mais sofisticados, (iii) criação de indicadores facilmente identificáveis, (iv) exigência no acompanhamento dos níveis de educação nacional e (v) necessidade de manutenção de altos padrões de inovação científica e tecnológica que possam enfrentar a competitividade internacional.

Pode-se inferir que tais práticas têm permeado o cenário político brasileiro nas últimas décadas, especialmente a partir do lançamento do Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) em 2007, juntamente com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. No bojo das políticas educacionais e considerando o papel de Estado-Avaliador, é possível inferir que os processos de avaliação vivenciados pelas escolas públicas brasileiras nas últimas décadas:

[...] tem se aproximado cada vez mais das preocupações relativas à associação entre o ensino e a aprendizagem. Ocorrendo de forma mais próxima do cotidiano escolar ou de forma pontual, em momentos específicos com a participação de agentes externos à dinâmica institucional, as práticas avaliativas têm focado a perspectiva de sinalização de limites e possibilidades da efetivação da política educacional brasileira, com vistas ao seu desenvolvimento e aprimoramento (COSTA; LIMA, 2013, p. 120).

Tendo por base a possibilidade de redirecionamento das políticas de Educação, os programas de avaliação têm se apresentado de forma cada vez mais contundente nas instituições escolares, criando uma cultura avaliativa e favorecendo transformações na realidade organizacional e pedagógica das escolas. Observando o desenvolvimento atual de políticas e programas



no Brasil, podemos inferir a mudança de perspectiva no campo educacional a partir dos anos oitenta e das reformas neoliberais. Após a expansão da rede escolar, o desafio da qualidade e a busca incessante por resultados, as políticas e programas vigentes apontam dois aspectos proeminentes: a crescente demanda por transferência de recursos e a preocupação com a influência da gestão na condução dos programas e políticas. Os gestores públicos têm optado cada vez mais por um modelo de gestão focado em resultados, que podem ser avaliados em processos sistêmicos. Dessa forma, podem monitorar a abrangência, qualidade dos programas e seu poder de transformação na vida dos cidadãos, dimensões facilmente observáveis ao controle da sociedade civil.

### 3 SPAECE: a experiência pioneira do ceará

De acordo com Vieira (2014, p. 2), quando tratamos de políticas “estamos nos referindo basicamente **ao que se faz ou o que está sendo feito**, a propostas e iniciativas desenvolvidas pelo Poder Público ou por este financiadas.”. Apresentamos neste tópico, a trajetória histórica que se desenvolveu no estado do Ceará e toda a organização e evolução do SPAECE, uma política de estado consolidada atualmente, fruto do pioneirismo cearense. A avaliação da Educação Básica no Ceará foi iniciada a partir de atividades de pesquisas educacionais institucionalizadas nos anos 1960, com a criação da Diretoria de Pesquisas e Planejamento Educacional no interior da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE). Durante as décadas de 1970 e 1980, o estado do Ceará esteve envolvido em experiências pontuais de avaliação, merecendo destaque o Projeto EDURURAL e o Sistema de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (SAEP).



Até os anos 1990, tais pesquisas ocorreram por vezes de forma autônoma, e, em outras, através de parcerias com a Universidade Federal do Ceará (UFC), com a Fundação Carlos Chagas e com o INEP/MEC. O objetivo dessas pesquisas centrava-se na investigação destinada a conhecer a realidade educacional do Ceará e visavam subsidiar os planos de intervenção voltados à resolução dos problemas identificados (CEARÁ, 2009).

No início dos anos 1990, e após a participação em experiências nacionais, o estado articulou-se e conseguiu aplicar sua primeira avaliação de rendimento escolar em 1992. Tal qual o SAEB, aos poucos, o SPAECE foi ampliando sua abrangência e formas de atuação. Um passo decisivo nesta direção foi sua universalização para as escolas da rede pública, permitindo, já em 2004, a divulgação de resultados para municípios e escolas. De acordo com Lima (2007), o foco do SPAECE alinha-se aos objetivos do SAEB, envolvendo: o desenvolvimento de uma cultura avaliativa no âmbito das escolas e gestores da Educação do estado, o acompanhamento dos resultados de rendimento escolar, a análise das dificuldades de aprendizagem diagnosticadas pela avaliação para a série/ano avaliada, e, a partir disso, elaborar ações estratégicas pelos gestores educacionais.

As avaliações efetuadas nas escolas propiciam posteriormente uma resposta às escolas através de boletins, organizados com o intuito de esclarecer aos sujeitos escolares os resultados das avaliações. Os “Boletins de Resultados da Escola” são emitidos pela Secretaria de Educação do Estado (SEDUC/CE) às escolas e redes de ensino e se apresentam de forma clara, aproximando-se mais dos leitores, facilitando assim sua compreensão sobre o instrumento. No referido documento, os autores apresentam as semelhanças entre as matrizes do SAEB e SPAECE, incentivando os leitores a estudarem os dados:



Nas avaliações em larga escala da educação básica realizadas no Brasil, os resultados dos estudantes em Língua Portuguesa são dispostos em uma escala de proficiência definida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAEB. A utilização da escala do SAEB permite uma série de vantagens; uma das mais importantes para a escola é, sem dúvida, a possibilidade de interpretação pedagógica dos resultados (CEARÁ, 2011).

Desde sua criação, em 1992, o SPAECE tem evoluído sua abrangência e estrutura metodológica. A primeira edição contemplou somente a capital, Fortaleza, quando foram avaliados 10.590 alunos da 4ª série e 4.010 alunos da 8ª série de 157 escolas estaduais. Os instrumentos continham vinte e cinco questões de múltipla escolha, abordando conteúdos de Português e Matemática. Na segunda edição, em 1993, a amostra contemplou, além de Fortaleza, as sedes das catorze Delegacias Regionais da Educação (DERE), totalizando quinze municípios e um total de 22.886 alunos avaliados. Santos (2010, p. 27) nos esclarece que, nesta edição, o foco deu-se em “[...] conhecer melhor as unidades escolares em relação aos aspectos da qualidade do ensino, produtividade do sistema e infraestrutura física. Para isto, foram construídas escalas de mensuração para viabilizar a análise dos resultados considerando estas dimensões”. A terceira edição, em 1994, manteve a mesma metodologia e amostra. Em 1995, com a mudança no escopo de trabalho do SAEB, que passou a avaliar as séries finais de cada etapa de ensino (4ª e 8ª série do Ensino Fundamental), a gestão governamental decidiu instituir a avaliação estadual a cada dois anos (em anos pares), a fim de evitar a duplicidade de avaliações com os mesmos alunos.

Certamente isso ocorreu em virtude do reconhecimento da necessidade de tempo para explorar e trabalhar os resultados produzidos, inviabilizados também pela pro-



ximidade da realização de seus ciclos. Ademais, as mudanças dos resultados em educação não se processam e materializam de forma imediata (LIMA, 2007, p. 126).

A quarta edição, em 1996, acrescentou à amostra seis municípios que haviam aderido ao processo de municipalização<sup>1</sup> (Fortim, Icapuí, Jucás, Maranguape e Marco), o município de Limoeiro do Norte e todas as sedes das renomeadas e reorganizadas divisões administrativas, chamadas, a partir de então, Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs) e que totalizavam 21<sup>2</sup>. Ao total, esta edição contemplou 27 municípios. O número de alunos avaliados foi de 25.253 em um total de 327 escolas. O uso da abordagem psicométrica da Teoria da Resposta ao Item (TRI)<sup>3</sup> substituiu o modelo da Teoria Clássica dos Testes (TCT)<sup>4</sup>, até então adotada pelo SPAECE.

A edição de 1996, além de crescer em abrangência e perfil metodológico, proporcionou mudanças nas dimensões avaliati-

<sup>1</sup> Projeto de Municipalização do Ensino (Lei nº 12.452/95) que transferia aos municípios a oferta do ensino fundamental (VIEIRA, 2007; LIMA, 2007).

<sup>2</sup> Com o propósito de modernização da gestão, foram extintas as 14 Delegacias Regionais de Ensino (DERE) e criados, pelo Decreto nº 24.274, de 22 de novembro de 1996, os 21 Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs), como instâncias descentralizadas da SEDUC.

<sup>3</sup> A Teoria de Resposta ao Item (TRI) faz a relação entre a habilidade do aluno e a probabilidade de que esse aluno responda corretamente um item da prova. Utiliza um conjunto de modelos matemáticos que relacionam um ou mais traços não observados de um indivíduo com a probabilidade deste dar uma certa resposta a um item. A TRI oferece a possibilidade de comparação dos resultados obtidos nos testes com outros aplicados para a mesma série e disciplina em anos anteriores e subsequentes, em avaliações similares. Por fim, a TRI tem foco no item, não na prova.

<sup>4</sup> De acordo com a TCT, o aluno responde a uma série de itens e recebe um ponto por cada item corretamente respondido, obtendo, ao final, um *escore total* (que é a soma destes pontos). É possível, ou até mesmo esperado, que alunos obtenham notas mais altas em testes fáceis e notas mais baixas em testes difíceis. No entanto, a TCT possui algumas limitações, como, por exemplo: os parâmetros dependem da amostra na qual o instrumento foi aplicado; a discriminação (variáveis que melhor caracterizam uma amostra) é baseada no escore total do teste; o número de itens influencia na fidedignidade do instrumento, e há ainda a necessidade de um número grande de participantes (VIDAL, 2013).



vas, pois, além de responderem aos testes de Português e Matemática, os estudantes responderam questionários, que abordavam sobre o perfil e a atuação do professor, características da gestão escolar e “[...] fatores externos à escola que pudessem justificar as dificuldades estabelecidas no diagnóstico da avaliação, em substituição dos indicadores de infraestrutura física e produtividade do sistema” (SANTOS, 2010, p. 28). Outro importante fator de destaque da edição de 1996 foi a implementação da Avaliação Institucional das Escolas Públicas,

[...] definida como uma avaliação interna que busca a autonomia da unidade escolar e a qualidade da educação oferecida à comunidade na qual está inserida. A avaliação utilizou como estratégia a discussão envolvendo todos os segmentos da escola (pais, alunos, professores, gestores e funcionários) sobre as práticas vivenciadas na instituição, no intuito de estimular o núcleo gestor a fazer uma reflexão sobre sua gestão e, a partir dos questionamentos elencados, traçar estratégias para aperfeiçoamento e transformação da unidade escolar (SANTOS, 2010, p. 28).

É válido ressaltar que a avaliação institucional promovida apoiava-se nos princípios do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB): Globalidade, Unidade, Respeito à identidade institucional; Não premiação e/ ou não punição; Adesão voluntária; Legitimidade e Continuidade. Para Lima (2007, p.130), “[...] este projeto tinha como objetivo geral implantar a Avaliação Institucional como um processo organizado, sistemático, contínuo e participativo nas Escolas Públicas do Ceará, como condição intrínseca para a Qualidade no Ensino e Autonomia da Escola”.

Em 1998, foi realizada a quinta edição do SPAECE, da qual participaram as escolas estaduais dos municípios sede dos 21 CREDEs, sendo agregados mais dois municípios por região,



de acordo com a densidade populacional, sendo um o menor município e outro de médio porte. É válido ressaltar que, até então, a nomenclatura do sistema estadual modificou-se nos documentos oficiais. Lima (2007) nos apresenta este fato:

Ressalte-se que alguns textos produzidos com base nos resultados do ciclo de aferição de 1996 passam a denominá-la de **Sistema Permanente de Avaliação do Ensino do Estado do Ceará**, utilizando, inclusive, pela primeira vez, a sigla **SPAECE**. [...] Registre-se que, na edição de 1998, [...] o Documento Síntese renomeia-o de **Sistema Permanente de Avaliação do Ensino do Ceará**. Essa oscilação, quanto ao nome do sistema, revela uma certa indefinição da SEDUC para com o próprio sistema enquanto algo concreto e definido. Contudo, o termo ‘Permanente’ se mantém como uma constante em todas as versões, revelando um certo consenso e ao mesmo tempo um apelo à necessidade e importância da continuidade / periodicidade das avaliações (LIMA, 2007, p. 129-133).

Essa situação encontrou definição no ano 2000, com a institucionalização do sistema através da Portaria Nº 101/00, passando a denominar-se oficialmente Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE). No mesmo ano, estava prevista a sexta edição, que não ocorreu devido a problemas burocráticos e tempo inviável para operacionalização. Por conta de problemas de tal ordem, a SEDUC firmou parceria com o INEP com o objetivo de integrar SAEB e SPAECE. Dessa forma, a SEDUC passou a ter acesso ao Banco Nacional de Itens (BNI), utilizando-o conjuntamente ao Banco Estadual de Itens. O convênio firmado possibilitou, ainda, oficinas de elaboração de itens aos professores de português e matemática dos anos avaliados (4ª e 8ª séries) a fim de que estes pudessem conhecer e contribuir com a avaliação, usando-a também no seu contexto escolar (SANTOS, 2010). Em 2001, foi concebido o



SPAECE-NET associado ao “Programa Internet na Escola”, caracterizado como:

[...] uma avaliação do Programa, prévia e voluntária, que pretendeu verificar o rendimento médio das escolas em relação ao desempenho dos alunos, através da metodologia *Computer Aided Testing* (CAT) – Teste Auxiliado por Computador (TAC), utilizada em aplicativos educacionais com base na *Web* (LIMA, 2007, p. 140).

Lima (2007) nos esclarece que os objetivos pretendidos desta nova versão de avaliação passam a ser: (I) Verificar o rendimento médio das escolas em relação ao desempenho dos alunos; (II) Promover a articulação de mecanismos de avaliação com as novas tecnologias; (III) Gratificar e premiar diretores, técnicos e servidores dos CREDEs e diretores, professores, servidores e alunos das escolas estaduais. Para viabilizar a execução desta avaliação, a aplicação foi distribuída em polos, considerando as escolas que possuíam laboratórios de informática em condições de funcionamento. Os alunos responderam aos testes, sendo 20 itens de Língua Portuguesa e 20 itens de Matemática, selecionados automaticamente de um conjunto disponibilizado de 30 itens para cada série e disciplina avaliadas. Dessa forma, cada aluno, ao entrar com sua senha, tinha acesso a um teste montado de forma diferente. Foram avaliados 7.820 alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e 4.720 alunos da 3ª série do Ensino Médio, em todas as escolas estaduais pertencentes aos 21 CREDEs, sendo 424 escolas de Ensino Fundamental e 250 escolas de Ensino Médio, em um total de 160 municípios.

Foi incluída ainda, junto com o teste, uma pesquisa de opinião que revelou que 90,8% dos alunos gostaram muito e consideraram que as demais avaliações deveriam ser desta forma. Entretanto, 51,5 % dos alunos defenderam



que devia ser concedido aos mesmos o direito de opção entre uma ou outra sistemática (LIMA, 2007, p. 142).

Na forma de divulgação dos resultados, além do Relatório Geral, também foram produzidos Boletins por CREDE, contendo as médias de desempenho das escolas de sua região, aproximando cada vez mais os resultados daqueles que estão na ponta do processo. Somente no ano de 2003, o SPAECE passou a contemplar todos os municípios cearenses, a amostra foi de 28.557 de alunos de 8ª série do Ensino Fundamental e de 3ª série do Ensino Médio. Em 2004, o SPAECE passou a contemplar também os sistemas municipais de ensino. Nesse ano, foram avaliadas 2.631 escolas da rede pública estadual e municipal, avaliando 187.577 alunos das 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, sendo 72.812 da rede estadual e 114.765 da rede municipal. Nesse período ainda, o SPAECE universalizou a participação de escolas estaduais e municipais que possuíam mais de 25 alunos, nas turmas das séries avaliadas.

Em 2004, os alunos da então 4ª série passaram a responder 40 itens (20 de Língua Portuguesa e 20 de Matemática), enquanto os alunos da 8ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio respondiam a 52 itens (26 para cada disciplina avaliada). Em 2005, com a reformulação do SAEB pela Portaria nº 931/2005, e inserção da Prova Brasil, a política de avaliação educacional foi reestruturada permitindo, segundo Vidal e Vieira (2011), a implantação efetiva de uma política de *accountability* caracterizada por uma ação compartilhada pelos três entes federados (União, Estados e Municípios). Em 2004 e em 2006, a Fundação CESGRANRIO foi a responsável pelo desenvolvimento do SPAECE, “[...] o que acarretou melhorias no processo de avaliação em larga escala do estado do Ceará” (SANTOS, 2010, p. 34). É importante observar que, nessas duas edições, o



parâmetro utilizado pelo SPAECE, no que se refere à escala de desempenho, foi a escala do SAEB. Assim, o desempenho dos alunos no SPAECE foi colocado na escala do SAEB, a fim de favorecer a comparação dos resultados do estado com a avaliação de âmbito nacional.

Em 2007, o SPAECE passou por uma reformulação, voltando a ser realizado anualmente. Entre 2008 e 2013, o sistema tem se fortalecido, passando a integrar o planejamento escolar, planejamento docente e em todas as ações e programas implantados pela SEDUC que têm um objetivo comum: elevar os indicadores do SPAECE, considerando-os como reflexo da melhoria da aprendizagem dos alunos e da qualidade do sistema de ensino. As características atuais tornaram o sistema mais robusto, configurando-se como uma avaliação de caráter censitário e externo, estruturado em três vertentes: **Avaliação da Alfabetização (SPAECE-Alfa - 2º ano Ensino Fundamental)**<sup>5</sup>; **Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º anos)**<sup>6</sup>; **Avaliação do Ensino Médio (1ª, 2ª e 3ª séries)**<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Avaliação externa censitária com periodicidade anual que tem por objetivo avaliar o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública estadual e municipal do Ceará. Atua em conjunto às ações do Programa de Alfabetização da Idade Certa (PAIC) que tem como foco a alfabetização e letramento de crianças até os 8 anos de idade, complementando as atividades e redirecionando a aprendizagem gestada em sala de aula.

<sup>6</sup> Avaliação externa censitária com aplicação anual. É realizada ao final de cada etapa do Ensino Fundamental (5º e 9º anos). Seu objetivo é o diagnóstico sobre o estágio das competências e habilidades dos estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa, com foco em leitura, e Matemática. Tem atuação semelhante à Prova Brasil, avaliação federal. No entanto, ocorre nos anos em que aquela não é aplicada. A partir da Lei nº 11.274/96, que organiza o ensino fundamental em nove anos, os anos finais passaram a ser 5º e 9º ano.

<sup>7</sup> Avaliação externa e censitária que envolve as três séries do Ensino Médio da rede pública do Estado. Tem como objetivo fazer um diagnóstico do desempenho dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Possui as condições propícias ao acompanhamento do progresso de aprendizagem dos alunos na última etapa da Educação Básica, por se tratar de uma avaliação longitudinal.



É válido registrar que, desde 2008, a SEDUC-CE possui parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAED) pertencente à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Esta instituição tem sido responsável pela elaboração das provas, aplicação, divulgação dos resultados e construção de boletins pedagógicos que são encaminhados às escolas para interpretação dos dados e uso pedagógico dos resultados.

#### 4 O SPAECE hoje: reflexos ao sistema educacional cearense

Na atualidade, o SPAECE segue os moldes da Prova Brasil, uma das diferenças principais entre os dois sistemas é quanto à sua ocorrência. A Prova Brasil acontece de dois em dois anos e o SPAECE é aplicado anualmente. Este fato por si só indica duas constatações: a primeira é que todos os anos as escolas cearenses passam por avaliações externas, ou seja, exames advindos por parte do governo ora exclusivamente estadual, ora federal e estadual. Outro ponto a ser levantado é a iniciativa cearense que, ao aplicar sua avaliação, também incentiva a preparação para as avaliações subsequentes, uma vez que as matrizes de referência são semelhantes. Não podemos deixar de mencionar a importância que avaliações externas possuem no âmbito escolar. De um lado, despertam o interesse e motivam a comunidade escolar para o sucesso nos resultados; por outro, pode-se inferir o redirecionamento das atividades para o uso exclusivo da preparação dos exames, visto que ambas as avaliações enfatizam as práticas de leitura e a resolução de problemas matemáticos. Como iniciativa de ação política, o SPAECE possui um diferencial ao adicionar ao seu projeto de avaliação um dispositivo legal que prevê recursos para premiações de alunos



e escolas que obtiverem destaque nos resultados<sup>8</sup>. No estado do Ceará:

[...] realizar uma avaliação com tal esfera de abrangência representou conquista muito importante [...] Vale ressaltar que em nenhum momento anterior da política educacional teve-se a possibilidade de obter um retrato tão fiel do desempenho de estudantes, nas áreas de conteúdo e séries avaliadas (VIEIRA, 2007, p. 51).

Na gestão do governo Cid Gomes (2007-2014), essa iniciativa se refletiu como uma maneira que o governo encontrou de incentivar a participação dos envolvidos e demonstrar a importância deste modelo avaliativo na constituição de sua agenda, movendo municípios, cidades, escolas e professores em torno dos alunos e da qualidade educacional oferecida. Duas outras diferenças entre o SPAECE e a Prova Brasil diz respeito à leitura dos resultados e à premiação. Para facilitar a visualização e compreensão dos resultados, foi organizada uma escala de cores, sinalizando o desempenho alcançado. Os resultados mais baixos são representados pela cor vermelha e os melhores, na cor verde escuro<sup>9</sup>, como apresentado no *Anexo 1*. Para a análise pedagógica dos resultados, são fornecidas tabelas, contendo as informações essenciais relacionadas ao nível em que os alunos se encontram, conforme observamos no *Anexo 2*. Sobre a premiação, desde o final de 2007, entrou em vigor a Lei nº 14.023 de 17.12.2007, que estabeleceu novos critérios de rateio do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Co-

<sup>8</sup> As primeiras premiações ocorreram em 2005, continuando em 2006 com o governador Lúcio Alcântara. De 2007 em diante, na gestão do governador Cid Gomes (2007-2014), as iniciativas de premiações foram fortalecidas e ampliadas.

<sup>9</sup> A gestão de Cid Gomes enfatizou a progressão de cores dos municípios, veiculando propagandas que enalteciam as mudanças nas cores e o quanto o estado do Ceará estaria ficando “mais verde”.



municação (ICMS), de responsabilidade estadual. Com o novo dispositivo legal, o repasse do imposto aos municípios passou a ser distribuído em função dos resultados obtidos nas áreas de Educação, Saúde e Meio Ambiente. A mudança teve por objetivo premiar os municípios que se destacassem nessas áreas. Desse modo, desde então, aqueles que alcançam melhores resultados recebem maior repasse de ICMS.

A legislação anterior previa que a distribuição dos 25% da receita do ICMS aos municípios deveria ser feita da seguinte forma: 75% de acordo com o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que representa o quanto a economia daquela cidade gerou em ICMS, e os 25% restantes com base: no tamanho da população (5%); nos gastos com Educação (12,5%) e o restante de forma igualitária entre os municípios (7,5%). Com a mudança de 2007, os 25% passaram a ser distribuídos da seguinte forma: 18% com base no Índice de Qualidade da Educação (IQE), calculado em função dos resultados obtidos no 5º ano do Ensino Fundamental e na alfabetização no 2º ano; 5% no Índice de Qualidade da Saúde e 2% no Índice de Qualidade do Meio Ambiente. O Índice de Qualidade da Educação é calculado anualmente a partir da taxa de aprovação nas cinco primeiras séries do Ensino Fundamental e do desempenho dos alunos nas avaliações Saeb/Prova Brasil e Spaace no 2º e 5º ano do EF. Além destes, o índice considera a evolução do aprendizado no ano anterior.

Essa política de premiações segue uma tendência debatida por Bonamino e Sousa (2012). As autoras identificaram em alguns sistemas de avaliação a criação de políticas de responsabilização, que em seu teor contemplam “[...] sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas. Nesse caso, incluem-se experiências de responsabilização explicitadas em normas e que envolvem mecanismos de remuneração em



função de metas estabelecidas”. (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 375). O SPAECE insere-se perfeitamente nesse modelo, uma vez que o estímulo financeiro contribui para a responsabilização dos atores envolvidos (professores, gestores, funcionários). Tal política de bonificação ocorre em outros sistemas estaduais como o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) e o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE). A institucionalização de políticas de bonificação produz reflexos na escola nem sempre benéficos. Bonamino e Sousa (2012, p. 383) destacam que:

[...] evidências nacionais e internacionais mostram que principalmente o uso de resultados das avaliações de terceira geração para informar iniciativas de responsabilização forte pode envolver riscos para o currículo escolar. Um deles é a situação conhecida como *ensinar para o teste*, que ocorre quando os professores concentram seus esforços preferencialmente nos tópicos que são avaliados e desconsideram aspectos importantes do currículo, inclusive de caráter não cognitivo.

Ainda tratando sobre tais políticas de premiações, em estudo sobre o histórico dos sistemas de avaliação brasileiros, Bauer, Gatti e Tavares (2013) apontam a preparação para os testes como uma alternativa utilizada para se alcançar (e até mesmo ultrapassar) as metas estabelecidas, vislumbrando as premiações. Se por um lado auxiliam o processo, estimulando o aluno a participar da avaliação seguindo os mesmos moldes, por outro, não produzem reflexos diretamente proporcionais ao que a avaliação indica ser primordial: a melhora na aprendizagem discente. Com o surgimento de novas propostas e políticas no campo educacional, esse tipo de avaliação aparece de forma a assegurar a qualidade, proporcionando estudos sobre boas iniciativas que ocorrem das escolas para os municípios e vice-versa.



## 5 Considerações finais

Com o crescimento das práticas neoliberais no campo político, econômico e social, a educação passou a sentir fortemente o viés regulador e fiscalizador do Estado, que aperfeiçoou seus mecanismos de avaliação. Tais práticas invadiram também o cenário estadual, com o forte desenvolvimento de sua principal política de avaliação: o SPAECE. Percebemos que nos últimos dez anos o sistema cresceu em abrangência, ganhando destaque com as premiações. No entanto, é válido ressaltar que este sistema tem como intuito o trabalho avaliativo, que, em sua base, busca aferir a educação gestada nas salas de aula cearenses.

No entanto, para o Estado, devido às conduções às premiações de professores, gestores e alunos das escolas, o SPAECE assume um caráter de condução das práticas escolares, inserindo-se nas salas de aula e planejamento das unidades escolares. A gestão pelos resultados tem sido uma estratégia assumida pelo sistema educacional cearense, ainda que de forma heterogênea em sua implementação.

O estudo desenvolvido nesse artigo busca contribuir para futuras pesquisas sobre as políticas avaliativas desenvolvidas no âmbito dos estados e suas repercussões no cenário educacional cearense e brasileiro.

## Referências

- AFONSO, A. J. Mudanças no estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 53, p. 267-284, abr./jun. 2013.
- AFONSO, A. J. *Avaliação Educacional: regulação e emancipação*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.



ANDRIOLA, W. B. Propostas Estatais Voltadas À Avaliação Do Ensino Superior Brasileiro: Breve Retrospectiva Histórica Do Período 1983-2008. *Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación* - Volumen 6, Número 4. P.128-148, 2008

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três Gerações de Avaliação da Educação Básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr/jun, 2012.

CEARÁ. *Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE 2009*. Boletim Pedagógico de Avaliação: língua portuguesa, Ensino Médio. Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAED. v. 1 (jan/dez. 2009), Juiz de Fora, 2009.

COSTA, E. A. da S.; LIMA, M. S. L. O olhar do Gestor sobre a Cultura Avaliativa no Contexto Escolar. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 116-132, maio/ago. 2013.

MAGALHÃES JUNIOR, A. G.; LIMA, D.; FARIAS, M. A. de. Política de Avaliação Educacional no Estado do Ceará: histórico dos Programas de Avaliação da Secretaria de Educação Básica do Ceará (Seduc). In: *Anais do XXI EPENN Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste*, UFPE. Recife, p. 1-16. 2013

LIMA, A. C. *O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) como Expressão da Política Pública de Avaliação Educacional do Estado*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2007. 261 p. Dissertação de Mestrado, 2007.

SANTOS, FD.G. *Impactos gerados pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) na melhoria do Ensino e Aprendizagem no Ensino Médio*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. 191p. Dissertação de Mestrado, 2010.

SILVA, Janssen Felipe. Avaliação Educacional: Fundamentos Teóricos e Relação com a Política Educacional. In: *Anais do VII SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRA-*



*ÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE (ANPAE)*. Recife, PE. 20 a 22 de agosto de 2012.

VIDAL, E. M. *Avaliação de Larga Escala e Elaboração de Itens*. In: Curso de Formação de Tutores para o Maciço de Baturité, 40h. Observatório da Educação no Maciço de Baturité. UAB; UECE; UNILAB, 2013.

VIEIRA, S. L. Gestão das políticas educacionais e trabalho docente em tempos de Ideb. Texto apresentado no Simpósio: “Gestão das políticas educacionais e trabalho docente”. *XVII ENDIPE*. Fortaleza, 11 a 14 de novembro de 2014. 2014

VIEIRA, S. L. Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense. *Estudos Avançados* 21 (60), p. 45-60, 2007.

VIEIRA, S. L. et al. *Projeto de Pesquisa Observatório da Educação no Maciço de Baturité (OBEM)*. Aprovado pelo CNPq Edital Universal n° 14/2011 Processo n° 474940/2011-0. 2011.

## ANEXOS

### Anexo 1

**Quadro 1** – Níveis de Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática no 5º ano do Ensino Fundamental - SPAECE

Disciplina	Muito Crítico	Crítico	Intermediário	Adequado
Língua Portuguesa	Até 125	125 -- 175	175 -- 225	Acima de 225
Matemática	Até 150	150 -- 200	200 -- 250	Acima de 250

Fonte: Seduc-CE



## Anexo 2

Quadro 2 – Padrões de desempenho e sua interpretação na avaliação do 5º ano do Ensino Fundamental - SPAECE

Padrões de Desempenho	Interpretação
<b>Adequado</b>	Os estudantes que apresentam este padrão de desempenho revelam ser capazes de realizar tarefas que exigem habilidades mais sofisticadas. Eles desenvolveram habilidades que superam aquelas esperadas para o período de escolaridade em que se encontram.
<b>Intermediário</b>	Os estudantes que apresentam este padrão de desempenho demonstram ter ampliado o leque de habilidades tanto no que diz respeito à quantidade quanto no que se refere à complexidade dessas habilidades, as quais exigem um maior refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos.
<b>Crítico</b>	Os estudantes que apresentam este padrão de desempenho demonstram já terem começado um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontram. Para esse grupo de estudantes, é importante o investimento de esforços, para que possam desenvolver habilidades mais elaboradas.
<b>Muito Crítico</b>	Os estudantes que apresentam este padrão de desempenho revelam ter desenvolvido competências e habilidades muito aquém do que seria esperado para o período de escolarização em que se encontram. Por isso, este grupo de estudantes necessita de uma intervenção focada, de modo a progredirem com sucesso em seu processo de escolarização.

Fonte: Seduc-CE

